

Fundamentos e trabalho com famílias: percepções no Serviço Social

Fundamentals and Work with Families: Perceptions in Social Work

Fernanda Escobar Fernandes BARBOSA

 <https://orcid.org/0009-0001-7802-5369>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, RS, Brasil
e-mail: fernandaefb1@gmail.com

Alzira Maria Baptista LEWGOY

 <https://orcid.org/0000-0002-7312-3111>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, RS, Brasil
e-mail: alzira.lewgoy@ufrgs.br

Resumo: O artigo analisa o trabalho da/o assistente social com famílias na contemporaneidade a partir das mediações com os fundamentos do Serviço Social. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa de campo com nove assistentes sociais atuantes nas políticas de assistência social, saúde e área sociojurídica, articulada à revisão de literatura. Os resultados demonstram concepções ampliadas de família, alinhadas ao projeto ético-político da profissão, e práticas atravessadas pelo familismo, conservadorismo e responsabilização privada das famílias. Destacam-se o protagonismo feminino, a complexidade das demandas e limites das políticas públicas. O artigo contribui para o debate ao articular as percepções das/os assistentes sociais às mediações dos fundamentos do Serviço Social, evidenciando avanços e contradições no exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho com famílias. Fundamentos do Serviço Social. Conservadorismo. Políticas sociais.

Abstract: This article analyses the contemporary work of social workers with families, based on the mediations of the foundations of Social Work. It is a qualitative study based on field research conducted with nine social workers working in social assistance, health, and socio-legal policies, combined with a literature review. The results reveal broadened concepts of family, aligned with the profession's ethical-political project, and practices shaped by familism, conservatism, and the privatisation of family responsibilities. Key aspects highlighted include the central of women role in family arrangements, the complexity of demands, and the limits imposed by public policies. The article contributes to the debate by linking social workers' perceptions with the mediations of the fundamentals of Social Work foundations, revealing advances and contradictions in professional practice.

Keywords: Social Work. Work with families. Fundamentals of Social Work. Conservatism. Social policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, o qual tem por objetivo analisar o trabalho da/o assistente social com famílias, evidenciando suas tendências e desafios na contemporaneidade, a partir das mediações com os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, apresenta resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório. Trata-se de pesquisa de campo, realizada com nove assistentes sociais atuantes nas políticas de assistência social, saúde e na área sociojurídica¹, articulada à revisão de literatura da área, que subsidia a análise crítica dos dados à luz dos fundamentos do Serviço Social.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade proponente, bem como pelos espaços sócio-ocupacionais dos sujeitos de pesquisa. Foram adotados todos os procedimentos éticos necessários, a fim de garantir o sigilo das informações, o anonimato das/os participantes e a participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Visto que os valores conservadores na sociedade brasileira expressam um processo histórico marcado por estruturas patriarcais, escravocratas e colonialistas, forjadas desde o período colonial sob a concentração de poder das elites econômicas e políticas (Fausto, 2006), a centralidade da família nuclear como modelo hegemônico não pode ser dissociada dessa formação sócio-histórica. A transição do regime escravista para a ordem do trabalho livre não foi acompanhada de políticas públicas capazes de garantir condições materiais de existência e cidadania à população negra, aprofundando desigualdades ainda vigentes. Ao encontro disso, Sabino e Teles (2021) apontam que: “O Estado pós-abolição não criou alternativas de sobrevivência e inserção da maioria negra no mercado de trabalho, no acesso à terra e a direitos básicos. Ao contrário, criou barreiras e mecanismos de repressão, criminalização e políticas de eliminação” (Sabino; Teles, 2021, p. 52).

Dessa forma, a longa duração da escravidão e a ausência de reformas estruturais deixaram marcas que se expressam nas desigualdades sociais, raciais e de gênero ainda vigentes (Schwarcz; Starling, 2015). Nos últimos anos, tais elementos foram reatualizados com o fortalecimento de projetos políticos de extrema direita, mobilizados em nome da ordem e da moral, reforçando mecanismos de exclusão e controle social (Duarte, 2023). Assim, o conservadorismo no Brasil se apresenta como parte constitutiva de uma continuidade histórica que estrutura disputas em torno de projetos societários.

A família nuclear, composta por mãe, pai e filhos, não constitui um modelo universal ou natural. Na contemporaneidade, as diferentes configurações familiares têm conquistado maior visibilidade social e reconhecimento jurídico, embora essas formas de organização sempre tenham existido. O que se altera são os modos pelos quais tais configurações são reconhecidas e legitimadas, afastando leituras evolucionistas da família (Biroli, 2014).

¹ Opta-se, neste trabalho, pelo uso da expressão área sociojurídica, conforme problematização realizada por Borgianni (2013), por entender que o termo *campo* pode sugerir que o Serviço Social funcione neste espaço a partir da lógica própria do Direito. A autora ressalta que a/o assistente social não tem como atribuição interpretar ou decidir juridicamente, mas intervir sobre as expressões da questão social que se manifestam em espaços atravessados pelo sistema de justiça. Assim, a denominação área sociojurídica contribui para evidenciar que o jurídico opera como mediação do trabalho profissional, e não como seu fundamento central.

Nessa perspectiva, a família moderna constitui-se como instituição histórica e contraditória, funcional à consolidação do capitalismo. Sua conformação responde a interesses sociais e econômicos específicos, operando como espaço central da reprodução da vida sob relações desiguais de gênero, classe e raça. Nesse sentido, Federici (2021) afirma que a família pode ser compreendida como “[...] uma invenção do capital para o capital [...]” (Federici, 2021, p. 32), evidenciando seu papel na exploração do trabalho feminino e na sustentação da sociabilidade capitalista.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho, emerge historicamente marcado pela intervenção junto às famílias, com protoformas associadas ao desenvolvimento do capitalismo e a iniciativas de cunho confessional e moralizador (Iamamoto, 2011). Em sua gênese, o trabalho profissional é atravessado por uma contradição: ao mesmo tempo em que media necessidades da classe trabalhadora, também se insere nas relações sociais que sustentam a ordem capitalista (Iamamoto; Santos, 2021).

Desde o surgimento da profissão, a intervenção junto às famílias da classe trabalhadora se conformou como espaço privilegiado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao ajustamento dos sujeitos e à moralização da pobreza. Essa herança tensiona o trabalho na contemporaneidade, que se realiza entre a reprodução de práticas conservadoras e a construção de mediações críticas orientadas pelo projeto ético-político.

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, alteram-se as requisições profissionais e o lugar das famílias nas políticas sociais. A centralidade atribuída às famílias revela-se ambígua: representa avanço ao incluí-las no escopo das políticas sociais, mas mantém limites estruturais expressos no subfinanciamento, na focalização e na permanência de práticas conservadoras, reforçando a responsabilização familiar em contextos de desproteção social.

Nessa tessitura, a/o assistente social atua como trabalhador assalariado, mediando demandas das famílias e requisições institucionais do Estado capitalista (Iamamoto, 2011). Tal mediação exige clareza teórica e crítica para tensionar as políticas sociais como campo de disputas e afirmação de direitos, problematizando permanências conservadoras incompatíveis com o projeto ético-político. Assim, os fundamentos do Serviço Social constituem mediações indispensáveis para a análise crítica do trabalho com famílias, permitindo apreendê-lo em suas determinações históricas, sociais e ideopolíticas. É nessa articulação que se situa o eixo analítico deste artigo.

Considerando esse cenário, os fundamentos constituem mediações centrais para a análise da questão social, da família e do trabalho da/o assistente social na sociedade capitalista (Yazbek, 2018; 2020). Apesar da centralidade da família no cotidiano profissional, observa-se uma lacuna na produção teórica do Serviço Social no que se refere à sua articulação com os fundamentos da profissão, uma vez que parte da literatura ainda a aborda de forma homogeneizante ou como mera destinatária das políticas públicas, desconsiderando suas determinações estruturais. Estudos evidenciam a presença de perspectivas contraditórias, incluindo leituras moralizantes que tendem a reforçar discursos conservadores no interior da profissão (Horst; Tomaz, 2024). Diante disso, torna-se necessário fortalecer análises que

tratem a família como categoria crítica, vinculada à totalidade social e às formas de reprodução da vida sob o capitalismo.

Observou-se, por meio de levantamento bibliográfico realizado em periódicos da área do Serviço Social, no período de 2018 a 2024, a escassez de produções que articulem a família aos fundamentos da profissão. Em um universo de 4.444 artigos analisados, apenas 8 produções estabeleciam essa relação de forma direta, o que evidencia a necessidade de aprofundamento desse debate. É nesse horizonte que se insere o presente artigo, ao articular a análise empírica do trabalho da/o assistente social com famílias às mediações dos fundamentos do Serviço Social, evidenciando contradições, permanências conservadoras e disputas ético-políticas no exercício profissional contemporâneo.

2 TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Os resultados aqui apresentados decorrem da análise qualitativa do material coletado na pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com nove assistentes sociais atuantes nas políticas de assistência social, saúde e área sociojurídica. As entrevistas abordaram concepções de família, demandas, instrumentos de trabalho e fundamentos no exercício profissional. Trata-se de uma amostra intencional, composta por profissionais com experiência na área. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016).

A exposição dos resultados organiza-se a partir de eixos analíticos que privilegiam a apreensão das mediações que conformam o trabalho da/o assistente social com famílias, em detrimento de uma apresentação linear do roteiro de entrevistas. Essa opção metodológica possibilitou evidenciar aproximações e tensões presentes no cotidiano profissional, bem como permanências históricas, disputas de concepções e estratégias construídas pelas/os assistentes sociais no enfrentamento das expressões da questão social que atravessam as famílias atendidas. A análise é orientada pelas dimensões dos fundamentos do Serviço Social — histórica, teórico-metodológica e ético-política —, que permitem apreender essas mediações em sua complexidade.

O trabalho da/o assistente social com famílias constitui um campo contraditório: ao mesmo tempo em que se consolidam concepções críticas, alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social, persistem práticas e exigências institucionais marcadas pelo familismo e por valores conservadores, intensificados no contexto de precarização das políticas sociais. Nesse sentido, o trabalho profissional ultrapassa a dimensão técnico-operativa, envolvendo disputas ético-políticas e ideológicas, nas quais a/o assistente social atua como mediador entre demandas das famílias, requisições do Estado e limites das políticas sociais. As seções seguintes aprofundam essas questões.

2.1 Concepções de família(s)

A análise das entrevistas evidencia que a maioria das/os assistentes sociais participantes compartilham uma concepção ampliada e contemporânea de família, alinhada à noção de famílias no plural, conforme discutido por Miotto (2010) e Horst e Miotto (2017), visto que é predominante a compreensão da família como construção social, histórica e cultural, produzida nas relações sociais concretas e atravessada pelas determinações da sociedade capitalista, afastando-se de leituras naturalizadas ou biologicistas. Essa perspectiva rompe

com o modelo nuclear tradicional, heteronormativo e patriarcal, reconhecendo a diversidade de arranjos, vínculos e significados que constituem as famílias na contemporaneidade.

As falas das/os entrevistadas/os indicam a centralidade do afeto, da convivência e do apoio mútuo como elementos definidores das relações familiares, relativizando a primazia dos laços consanguíneos. S1, por exemplo, afirma que “*família são relações de pessoas que se gostam*”, enquanto S2 destaca que a família é composta por “*um grupo de pessoas que mantém uma convivência mais próxima, que tem um objetivo de se ajudar*”, reforçando que tais vínculos não se definem necessariamente pelo sangue. Essas concepções dialogam com a leitura crítica de Mito (2010), para quem a família deve ser apreendida como espaço relacional contraditório, que articula dimensões privadas e públicas, sendo simultaneamente lugar de cuidado, proteção, conflitos e reprodução das desigualdades sociais.

Entretanto, os dados também revelam a coexistência de concepções idealizadas de família, que a definem como instância natural de proteção e estabilidade. Essas leituras, embora não se expressem necessariamente como posicionamentos políticos conscientes, aproximam-se do familismo ao desconsiderar as condições objetivas de vida das famílias e os limites estruturais de sua capacidade protetiva. Nesse sentido, Horst e Mito (2017) apontam que, historicamente, a atuação profissional “[...] muda de forma, preservando, no entanto, compromissos sociopolíticos com o conservadorismo [...]” (Horst; Mito, 2017, p. 229), o que ajuda a compreender a permanência de concepções normativas mesmo em contextos marcados pelo avanço do projeto ético-político crítico, evidenciando diferentes formas de apreensão da família na sociabilidade capitalista.

Conforme analisa Heller (2021), o pensamento cotidiano permite a convivência de concepções contraditórias, o que contribui para explicar a permanência de noções idealizadas de família mesmo entre profissionais alinhados ao projeto ético-político do Serviço Social. Essas contradições não se colocam, necessariamente, como incoerência individual, mas como expressão das mediações entre formação crítica, experiência cotidiana e valores socialmente hegemônicos.

Assim, os resultados indicam que o trabalho da/o assistente social com famílias se realiza em um campo de disputas conceituais, no qual concepções críticas e ampliadas coexistem com resquícios de leituras conservadoras. Tal constatação reforça a necessidade de mediação permanente entre teoria e prática e de investimento em formação teórico-metodológica, para sustentar um exercício profissional coerente com os fundamentos do Serviço Social e seu projeto ético-político.

2.2 Arranjos familiares e protagonismo feminino

Os arranjos familiares identificados no cotidiano profissional das/os entrevistadas/os evidenciam uma realidade marcada pela pluralidade e pelo protagonismo feminino. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, bem como aquelas em que avós, tias ou outras mulheres assumem funções parentais, aparecem como configuração predominante, expressando a feminização histórica da responsabilidade pelo cuidado e pela reprodução social. Essa realidade é explicitada na fala de S7 ao afirmar que “*Quando não é mãe solo, é avó, quando não é avó, é tia. Ou seja, é sempre o lado feminino do cuidado*”, evidenciando a

centralidade das mulheres na sustentação cotidiana da vida familiar, expressão da divisão sexual do trabalho na sociabilidade capitalista.

Essa centralidade feminina não decorre de uma suposta aptidão natural das mulheres para o cuidado, mas da divisão sexual do trabalho própria da sociabilidade capitalista patriarcal, que atribui às mulheres o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado, sem reconhecimento social ou remuneração (Federici, 2021). No contexto brasileiro, essa sobrecarga incide de forma ainda mais intensa sobre mulheres negras e empobrecidas, revelando a imbricação entre gênero, raça e classe na conformação das famílias atendidas pelas políticas sociais (Cisne, 2013; Santos; Passos, 2025). Tal dimensão aparece de forma concreta nas falas das entrevistadas, como destaca S4 ao relatar que *“em 90% das famílias a figura masculina não aparece”*, reforçando a naturalização da ausência masculina e a responsabilização feminina pelo cuidado.

As falas também evidenciam a presença de arranjos familiares diversos, como famílias reconstituídas, homoafetivas, extensas e redes de apoio comunitárias, confirmando que a pluralidade familiar não é exceção, mas expressão concreta da realidade social contemporânea. S1 ressalta que *“existe uma diversidade muito grande de configurações familiares”*, enquanto S3 amplia essa compreensão ao afirmar que, em muitos territórios, *“o vizinho faz parte daquela família, é o suporte que aquela família tem”*, reconhecendo redes de apoio que extrapolam os limites do núcleo doméstico.

No entanto, especialmente na área sociojurídica, emerge uma contradição entre essa pluralidade vivida e a centralidade conferida pelas instituições à família biológica e ao modelo nuclear heteronormativo. S5 problematiza essa lógica ao afirmar que, muitas vezes, *“a gente acaba priorizando afetos que não se dão mais, em detrimento dessa questão da família biológica”*, evidenciando como o poder judiciário tende a reafirmar vínculos consanguíneos mesmo quando não correspondem às relações efetivas de cuidado. Tal postura reafirma valores conservadores e patriarcais, negando o reconhecimento de formas ampliadas de pertencimento e cuidado (Keller, 2019).

Diante disso, o trabalho da/o assistente social se constitui como mediação crítica ao tensionar essas normativas institucionais, afirmando a legitimidade de arranjos familiares baseados no afeto, na convivência e na responsabilidade coletiva. Essa postura reafirma o compromisso ético-político da profissão com a diversidade, os direitos humanos e a dignidade dos sujeitos, ao mesmo tempo em que explicita os limites institucionais para a efetivação de uma concepção ampliada de família no interior das políticas públicas.

2.3 Demandas complexas e limites institucionais

As demandas apresentadas pelas famílias atendidas revelam o caráter complexo e contraditório das expressões da questão social na contemporaneidade: pobreza, violência doméstica, adoecimento mental, uso abusivo de substâncias psicoativas, insegurança alimentar e rupturas de vínculos aparecem de forma entrelaçada, exigindo do trabalho profissional uma leitura que ultrapasse explicações individualizantes e moralizantes (Iamamoto, 2007). As falas das/os entrevistadas/os evidenciam esse entrecruzamento ao relatarem situações em que conflitos familiares, negligência, sofrimento psíquico e ausência de suporte estatal se sobrepõem no cotidiano profissional, como aponta S1 ao afirmar que *“em*

torno de 70% das demandas são de conflito familiar, que transita por negligência, suspeita de maus-tratos”.

Os dados indicam que a fragilidade das políticas públicas e o desmonte da rede de proteção social intensificam essas demandas, transferindo às famílias responsabilidades que caberiam ao Estado. Essa dinâmica reforça o familismo, ao acionar a família como instância compensatória diante da insuficiência das políticas sociais, especialmente nas áreas de assistência social, saúde e saúde mental (Miotto *et al.*, 2018). S2 exemplifica esse cenário ao relatar situações em que idosos são cuidados por outros idosos, sem qualquer suporte institucional, evidenciando a insuficiência das políticas de cuidado e o deslocamento da responsabilidade para o âmbito familiar.

Em contextos de extrema precarização, os serviços e as/os próprias/os assistentes sociais passam a assumir funções socialmente atribuídas à família, como cuidado cotidiano, acolhimento e mediação de conflitos, evidenciando a ausência do Estado na garantia de proteção social. Essa realidade é demonstrada na fala de S9 ao afirmar que, diante da fragilização ou inexistência de vínculos familiares, *“acabamos fazendo o papel de família”*. Conforme analisa Iamamoto (2007), tais situações materializam a questão social não como conjunto de carências isoladas, mas como expressão das contradições estruturais do capitalismo, que produzem desigualdades profundas e desorganizam os vínculos sociais.

Dessa forma, o trabalho da/o assistente social se realiza em permanente tensão entre a necessidade de responder às demandas imediatas das famílias e os limites institucionais impostos pela precarização das políticas públicas. Como aponta S7, muitas situações que culminam em medidas protetivas ou acolhimento institucional decorrem menos de *“falhas familiares”* e mais da ausência de políticas públicas capazes de garantir renda, cuidado e proteção, o que exige da/o assistente social a construção de mediações que articulem proteção social, defesa de direitos e leitura crítica da realidade, evitando a reprodução de práticas moralizantes e reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a emancipação dos sujeitos e a afirmação dos direitos sociais.

2.4 Instrumentos de trabalho com famílias

No que se refere aos instrumentos utilizados no trabalho com famílias, os resultados evidenciam o uso predominante de entrevistas, visitas domiciliares e produção de documentos técnicos, como relatórios, laudos e pareceres. Esses instrumentos possuem potencial analítico e interventivo, desde que articulados aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão (Lewgoy; Silveira, 2007). As entrevistas aparecem como recurso central no cotidiano profissional, sendo descritas pelas entrevistadas como o principal meio de acesso à realidade das famílias, ainda que, como aponta S6, *“em geral, é entrevista individual, e não de fato um trabalho com a família como grupo”*, o que evidencia a dificuldade em realizar um trabalho que considere a totalidade das relações familiares.

Entretanto, as falas indicam que tais instrumentos são frequentemente tensionados pela burocratização e pela lógica do controle institucional, o que pode reduzir seu uso a práticas fiscalizatórias e administrativas. A visita domiciliar, por exemplo, é reconhecida como fundamental para conhecer a realidade das famílias, mas também problematizada por S7 ao relatar práticas invasivas e pouco planejadas, que acabam assumindo caráter de vigilância.

Nessa direção, quando utilizada de forma acrítica, a visita domiciliar pode reforçar processos de controle moral e violação de direitos, em vez de constituir espaço de diálogo e construção de conhecimento com as famílias (Closs; Scherer, 2017).

Ao mesmo tempo, emergem experiências que buscam romper com a individualização das ações, como grupos reflexivos, conferências familiares e articulações intersetoriais. S₂ relata a realização de conferências familiares com equipes multiprofissionais para construção coletiva de planos de cuidado, enquanto S₃ menciona a tentativa de constituir grupos como estratégia para “*dar conta de demandas que o individual não alcança*”. Essas iniciativas apontam possibilidades de práticas contra-hegemônicas, ainda que encontrem limites na sobrecarga de trabalho, na escassez de recursos e na fragilidade das redes de proteção, reafirmando a autonomia relativa da/o assistente social (Iamamoto, 2007).

A produção escrita, por sua vez, aparece como instrumento central do trabalho profissional, especialmente na área sociojurídica, sendo descrita pelas entrevistadas como uma das principais formas de materializar a intervenção, pois relatórios, estudos sociais, laudos e pareceres não apenas registram informações, mas subsidiam decisões institucionais que impactam diretamente a vida das famílias. Conforme destaca Toniolo (2023), tais documentos não devem se limitar à descrição de fatos, mas situar as situações analisadas na totalidade social, evidenciando suas determinações históricas e estruturais — dimensão que, como reconhecem as próprias entrevistadas, é constantemente tensionada pelas exigências de rapidez, objetividade e padronização institucional.

2.5 Fundamentos, conservadorismo e disputas ético-políticas

A análise evidencia que os fundamentos do Serviço Social são reconhecidos como base indispensável para o trabalho profissional com famílias, predominando a referência à teoria social crítica e ao materialismo histórico-dialético como fundamentos capazes de sustentar uma leitura de totalidade, historicidade e contradição da realidade social (Yazbek, 2020; Netto, 2011). Contudo, os dados revelam dificuldades na apropriação sistemática desses fundamentos no cotidiano profissional, seja em função de lacunas na formação, seja pelas condições objetivas de trabalho, marcadas pela intensificação laboral e pela precarização do exercício profissional (Iamamoto; Santos, 2021). Em alguns casos, os fundamentos aparecem reduzidos à dimensão ética ou à interdisciplinaridade, fragilizando a especificidade crítica do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho (Closs, 2015).

Nesse cenário, a precarização da formação profissional emerge como elemento central para compreender as dificuldades na apropriação crítica dos fundamentos do Serviço Social e a permanência de práticas conservadoras no trabalho com famílias. O avanço do ensino superior privado, especialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD), tem impactado a formação das/os assistentes sociais ao priorizar currículos tecnicistas, fragmentados e dissociados da pesquisa, da extensão e da supervisão acadêmica qualificada (Gonçalves; Silva, 2020).

Essa lógica mercantilizada compromete a apreensão da teoria social crítica, aprofunda a cisão entre teoria e prática e fragiliza a capacidade analítica das/os profissionais para compreender as mediações estruturais da questão social. Como alerta Iamamoto (2007), a fragilidade da formação teórico-metodológica favorece abordagens individualizantes e moralizantes no

trabalho com famílias. Trata-se, portanto, de um elemento político central, que incide diretamente sobre o exercício profissional e tensiona o projeto ético-político do Serviço Social, exigindo a defesa de uma formação crítica.

O conservadorismo emerge como elemento transversal no trabalho com famílias, manifestando-se por meio de julgamentos morais, culpabilização das famílias e idealização do modelo nuclear heteronormativo como referência universal de proteção e cuidado. Mesmo após a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, o conservadorismo permanece como ideologia latente na profissão, especialmente no trabalho com famílias (Iamamoto, 2011).

No contexto brasileiro, esse conservadorismo não se apresenta como resíduo do passado, mas como expressão de uma herança histórica autoritária, patriarcal e racista, que se reatualiza em diferentes conjunturas e atravessa as instituições estatais e as políticas sociais. Nos últimos anos, com o avanço da extrema direita e do bolsonarismo, tais valores foram intensificados e legitimados no debate público, mobilizando discursos em defesa da família tradicional, da moral cristã e da responsabilização individual como resposta às expressões da questão social (Duarte, 2023). Essa ofensiva conservadora reforça processos de criminalização da pobreza e deslegitima a diversidade familiar.

Nesse sentido, o trabalho da/o assistente social com famílias configura-se como um espaço de disputa entre projetos societários antagônicos. A afirmação de uma centralidade sociofamiliar crítica exige enfrentar o familismo² que atravessa as políticas sociais, tensionar práticas institucionais que transferem às famílias responsabilidades estruturais e reafirmar a proteção social como dever do Estado e direito da população.

Assim, trata-se de articular, no trabalho profissional, referenciais críticos e o compromisso ético-político com a emancipação humana, reconhecendo as famílias como espaços históricos e contraditórios, constituídos por sujeitos de direitos, e não como responsáveis pela superação das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo. Nesse contexto regressivo, marcado pelo desmonte das políticas sociais e pela reatualização de valores conservadores, o trabalho da/o assistente social assume caráter eminentemente político, expressando a dimensão ético-política dos fundamentos do Serviço Social ao disputar sentidos, denunciar violações de direitos e sustentar práticas profissionais alinhadas ao projeto ético-político da profissão (Yazbek, 2018).

2.6 Desafios do trabalho com famílias na atualidade

Os desafios atuais do trabalho da/o assistente social com famílias, conforme as falas das/os entrevistadas/os, estão profundamente articulados à precarização das políticas públicas e ao desmonte da rede de proteção social, expressões da ofensiva neoliberal no Estado brasileiro. A ausência de recursos materiais, humanos e institucionais atravessa o cotidiano profissional, limitando a efetivação de direitos e tensionando permanentemente o exercício profissional. Como afirma S1, “*não adianta ter uma rede super colaborativa e não ter estrutura*”, evidenciando o esgotamento de um sistema de proteção fragilizado que transfere às famílias responsabilidades que caberiam ao Estado.

²*Familismo* designa a perspectiva das políticas sociais que desloca para as famílias a responsabilidade pelo cuidado e proteção social, reforçando a desresponsabilização do Estado (Mioto *et al.*, 2018).

Esse processo de desresponsabilização estatal intensifica a sobrecarga das famílias da classe trabalhadora, que passam a assumir funções de cuidado e provisão material sem suporte público, reforçando o familismo como eixo estruturante da política social brasileira (Mito *et al.*, 2018). Situações como idosos cuidando de outros idosos, mães solo sobrecarregadas e famílias sem acesso a serviços básicos revelam não apenas mudanças demográficas, mas a insuficiência das políticas públicas frente às novas configurações familiares.

A precarização da rede de proteção compromete o acompanhamento continuado das famílias. Conforme S4, os serviços tornam-se “*de travessia*”, restritos a orientações e encaminhamentos, em função da insuficiência de equipes, excesso de demandas e escassez de tempo. Nesse contexto, a precariedade das condições de vida, marcada pelo desemprego, insegurança alimentar e ausência de serviços, fragiliza vínculos familiares e projetos de futuro.

Essa realidade dialoga com Yazbek (2018) ao apontar que o neoliberalismo compromete a universalização dos direitos sociais e reforça a responsabilização individual e familiar pelas expressões da questão social, inserindo a/o assistente social em um campo permanentemente tensionado entre a defesa de direitos e a mediação com serviços precarizados.

Outro desafio refere-se à intensificação do sofrimento psíquico e ao uso abusivo de substâncias psicoativas, especialmente em territórios marcados pela desigualdade. As falas de S2, S6 e S7 indicam o adoecimento mental como uma das expressões mais agudas da questão social, agravada pela insuficiência da rede de saúde mental. Soma-se a isso o avanço do crime organizado, que impõe limites à presença estatal e ao trabalho profissional, expressando determinações estruturais de classe e território (Souza, 2015).

As desigualdades territoriais e as tensões institucionais, especialmente na articulação com o Conselho Tutelar e outros órgãos do sistema de garantia de direitos, também emergem como desafios relevantes. As falas apontam práticas autoritárias e fragmentadas, que dificultam decisões compartilhadas e exigem da/o assistente social constante mediação em um modelo de regulação marcado pela verticalização e responsabilização (Raichelis, 2010).

Por fim, a dimensão ética e política do trabalho profissional é evidenciada por S4 ao afirmar que as políticas públicas devem possibilitar que as pessoas consigam sonhar. A precarização compromete não apenas o acesso a direitos, mas a capacidade de projetar futuros, o que dialoga com a concepção marxista de liberdade como possibilidade concreta de escolha (Marx, 2013).

Desse modo, os desafios do trabalho da/o assistente social com famílias revelam um campo de intensas disputas ético-políticas, marcado pelo desmonte das políticas públicas e pelo avanço do conservadorismo. Ainda assim, os relatos evidenciam a sustentação de práticas críticas e comprometidas com a defesa dos direitos humanos, reafirmando o projeto ético-político do Serviço Social como horizonte de resistência e transformação social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permite afirmar que o trabalho da/o assistente social com famílias se realiza em um cenário marcado por grandes contradições, no qual convivem avanços teórico-políticos importantes e limites estruturais persistentes. Se, por um lado, observa-se a ampliação das concepções de família e o fortalecimento de leituras críticas alinhadas ao projeto ético-político

do Serviço Social, por outro, permanecem práticas institucionais atravessadas pelo familismo, pela responsabilização privada e pela reatualização de valores conservadores, especialmente em um contexto de precarização das políticas públicas e regressão de direitos sociais.

A pesquisa revela que, embora predomine entre as/os profissionais uma compreensão crítica e plural de família, persistem limites impostos pela precarização das políticas públicas, pelo desmonte da rede de proteção social e pela intensificação das expressões da questão social. A centralidade conferida às famílias nas políticas sociais brasileiras, longe de se constituir apenas como avanço, mantém caráter ambíguo ao deslocar responsabilidades estruturais do Estado para o âmbito privado, sobrecarregando especialmente mulheres, em sua maioria negras e empobrecidas.

Os dados empíricos evidenciam que as demandas apresentadas pelas famílias são atravessadas por desigualdades de classe, raça, gênero e território, exigindo da/o profissional uma leitura de totalidade articulada aos fundamentos do Serviço Social. Entretanto, a apropriação sistemática desses fundamentos é tensionada pelas condições objetivas de trabalho e pela precarização da formação profissional, intensificada pela mercantilização do ensino superior e pela expansão do EaD, processo que contribui para a reatualização de práticas conservadoras no trabalho com famílias.

Nesse contexto, o trabalho da/o assistente social com famílias se configura como espaço privilegiado de disputa entre projetos societários antagônicos. Sustentar uma centralidade sociofamiliar crítica implica enfrentar o familismo, tensionar normativas institucionais e reafirmar a proteção social como dever do Estado e direito da população. Assim, reafirma-se que a defesa dos Fundamentos do Serviço Social e do Projeto Ético-Político da profissão constitui condição indispensável para a construção de respostas profissionais comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação dos sujeitos, especialmente em um cenário marcado pela regressão de direitos e pelo avanço do conservadorismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2016.

BIROLI, F. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://redept.com.br/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BORGIANI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/m7fYNtwTngwKyg3N7DWB8yS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15881>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6271>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CLOSS, T. T.; SCHERER, G. A. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. **Libertas**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrf.br/index.php/libertas/article/view/18528>. Acesso em: 10 dez. 2025.

DUARTE, K. A. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2006.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONÇALVES, P. P.; SILVA, C. N. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 90-100, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Kh3Qf8RW77VKWdQgtQCxPBB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 228-246, jul./dez.2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32749>. Acesso em: 10 dez. 2025.

HORST, C. H. M.; TOMAZ, L. A. As tendências teóricas metodológicas das produções sobre família e os fundamentos do Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/zGpwCmcRwNHSZhPG4yZY84k/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos (Orgs.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: Serviço Social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/2315>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MIOTO, R. C.; NUNES, R.; MORAES, P. M.; HORST, C. H. M. **O familismo na Política Social**: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., Vitória, 2018. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/pt_BR/article/view/22530. Acesso em: 10 dez. 2025.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. 18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SABINO, C. L.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/pt_BR/article/view/36842. Acesso em: 10 dez. 2025.

SANTOS, T. C. M.; PASSOS, R. G. Interseccionalidade e Serviço Social: a perspectiva crítica de Lélia Gonzalez. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 148, n. 3, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rzb69ppWH7Y45RvBF8xyYrr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, J. M. A. de S. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 122, p. 199-223, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

TONIOLO, C. Reflexões sobre a construção técnica de relatórios e pareceres por assistentes sociais. In: HORST, C. H.; ANACLETO, T. F. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG--A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: 10 dez. 2025.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

NOTAS

Fernanda Escobar Fernandes Barbosa Trabalhou na concepção, delineamento e interpretação dos dados, na redação do artigo e aprovação da versão a ser publicada.

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Política Social e Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assistente Social Analista da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS/UFRGS.

Alzira Maria Baptista Lewgoy Trabalhou na concepção e delineamento do artigo, e redação do artigo e sua revisão crítica.

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pós-Doutora em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra – Portugal. Professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS/UFRGS.

Editoras responsáveis:

Silvia Neves Salazar–Editora-chefe

Maria Lúcia Teixeira Garcia–Editora

Agências financiadoras

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa de mestrado.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do CAAE nº 77840724.1.3001.5327. Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Preprints

(X) O manuscrito não é um preprint.

Conflito de interesses

Informar conflito de interesses: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, e/ou possíveis vieses temáticos.

() As pessoas autoras declaram os seguintes interesses conflitantes: indicar quais conflitos.

(X) As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

Reconhecemos que algumas autorias podem estar sujeitas a acordos de confidencialidade. Nesses casos, obrigatoriamente declarar:

() As pessoas autoras informam estar vinculadas a acordos de confidencialidade que impedem a divulgação de possíveis conflitos de interesse relacionados a este trabalho.

Consentimento para publicação

As autoras permitem a publicação do presente trabalho.

Disponibilidade de Dados de Pesquisa e Outros Materiais

() Os dados foram submetidos como materiais suplementares. O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi enviado para publicação na seção “Materiais Suplementares”.

() Os dados já estão disponíveis em repositórios de dados confiáveis.

Licença de Uso

As autorias cedem à *Argumentum* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution(CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

Histórico

Recebido em: 03/02/2026

Revisado em: 22/04/2026

Aprovado em: 19/05/2026

Publicado em: 26/07/2026

Copyright (c) 2026 Fernanda Escobar Fernandes Barbosa, Alzira Maria Baptista Lewgoy. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 International. Autoras mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito. <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt-br>

